

Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014	10

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua João de Abreu, Pavimento 14A – Qd. F8 –
Lt. 24e
Edifício Aton | Setor Oeste
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444
F +55 62 3215.8499
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Conselheiros do
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro (Sescoop RJ ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Sescoop RJ é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

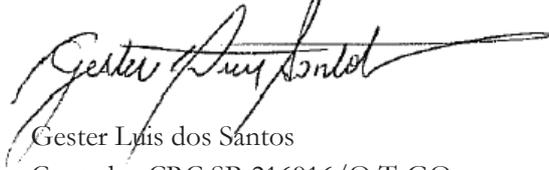
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Sescoop RJ para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Sescoop RJ. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros.

Goiânia, 08 de abril de 2016.



Gester Luis dos Santos

Contador CRC SP-216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.221.790	894.865
Créditos e valores a receber	4	121.551	199.420
Estoques	5	109.760	46.063
Total do ativo circulante		<u>2.453.101</u>	<u>1.140.348</u>
Ativo não circulante			
Caução e depósitos em garantia	6	218.967	193.634
Depósitos Judiciais	7	146.913	146.913
Imobilizado	8.1	238.869	248.204
Intangível	8.2	73.735	50.991
Total do ativo não circulante		<u>678.484</u>	<u>639.742</u>
Total do ativo		<u><u>3.131.585</u></u>	<u><u>1.780.090</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	9	169.243	278.688
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	10	262.612	207.929
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	11	320.473	259.056
Obrigações por convênios, acordos e projetos	12	145.405	170.372
Outras obrigações	-	21.462	19.559
Total do passivo circulante		<u>919.195</u>	<u>935.604</u>
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	15	2.212.390	844.486
		<u>2.212.390</u>	<u>844.486</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>3.131.585</u></u>	<u><u>1.780.090</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

	Notas	2015	2014
Receita operacional líquida	16	9.285.100	8.259.340
(Despesas)/ outras receitas operacionais			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	17	(3.615.921)	(3.294.236)
Despesas administrativas	18	(1.670.935)	(1.615.162)
Despesas institucionais	19	(751.444)	(540.874)
Despesas de serviços profissionais contratados	20	(2.309.067)	(2.049.848)
Despesas tributárias	-	(85.859)	(43.668)
Despesas de depreciações e amortizações	8/9	(83.622)	(78.635)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	21	408.205	547.418
		(8.108.643)	(7.075.005)
Superávit antes do resultado financeiro		1.176.457	1.184.335
Resultado financeiro líquido	22	191.447	13.033
Superávit do exercício		1.367.904	1.197.368

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldos acumulados em 31/12/2013	(352.882)	-	(352.882)
Superávit do exercício	-	1.197.368	1.197.368
Transferência do déficit para patrimônio social	1.197.368	(1.197.368)	-
Saldos acumulados em 31/12/2014	844.486	-	844.486
Superávit do exercício	-	1.367.904	1.367.904
Transferência do superávit para patrimônio social	1.367.904	(1.367.904)	-
Saldos acumulados em 31/12/2015	2.212.390	-	2.212.390

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit do exercício	1.367.904	1.197.368
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	83.622	78.635
Baixa do ativo imobilizado	380	-
	<u>1.451.906</u>	<u>1.276.003</u>
(Aumento) / redução nos ativos		
Créditos e valores a receber	77.869	(182.366)
Estoques	(63.697)	10.660
Despesas Antecipadas	-	13.197
Caução e depósitos em garantia	(25.333)	(35.035)
	<u>(11.161)</u>	<u>(193.544)</u>
(Aumento) / redução nos passivos		
Contas a pagar	(109.445)	(549.203)
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	54.683	30.751
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	61.417	(42.091)
Obrigações por Convênios, Acordos e Projetos	(24.967)	(94.259)
Outras Obrigações	1.903	10.304
Provisão para demandas judiciais	-	(20.000)
	<u>(16.409)</u>	<u>(664.498)</u>
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	<u>1.424.336</u>	<u>417.961</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(45.630)	(12.242)
Adições ao ativo intangível	(51.781)	(1.002)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento	<u>(97.411)</u>	<u>(13.244)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.326.925</u>	<u>404.717</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	894.865	490.148
No final do exercício	2.221.790	894.865
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.326.925</u>	<u>404.717</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto-lei nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais da Entidade evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional – o SESCOOP NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003)- VI - Instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o Sescoop RJ está isento também da contribuição social .

As operações dos Sescoops estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Entidade no dia 08 de abril de 2016.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros,

as quais abrangem, respectivamente, os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do Sescoop RJ, especificamente as suas (receitas e despesas), é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescoop RJ são reconhecidas contabilmente quando da sua originação, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Estoques

Os materiais para expediente e consumo estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado.

2.2.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável, quando necessário, de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 8.1.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização

dos ativos, e taxa de amortização, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 8.2.

2.2.6. Recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

O Sescoop RJ avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescoop RJ reconheceria no resultado a perda por impairment. Foi elaborado um relatório interno do Sescoop RJ, visando atender as exigências contidas no CPC-PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2015.

2.2.7. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescoop RJ bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.8. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais, a seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização.

2.5. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia concentração de risco relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bancos	160.085	222.273
Aplicações financeiras (a)	2.061.705	672.592
Total	2.221.790	894.865

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade Fundo de Investimento em títulos de renda fixa públicos e privados e Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI).

4. Créditos e valores a receber

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a empregados	50.801	36.612
Outros Valores a Receber – Empregados	1.372	1.030
Créditos e Valores a Receber – Terceiros	4.080	5.548
Crédito e Valores a Receber (PJ e PF) (a)	61.038	150.079
Outros Créditos	4.260	6.151
Total	121.551	199.420

(a) Neste valor constam as notas fiscais emitidas/faturadas, para o Projeto SMAC, no total de R\$ 61.038 e não recebidas no ano de 2015.

5. Estoques

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Material de consumo	77.102	22.238
Material de Informática	28.291	19.534
Material de expediente	4.367	4.291
Total	109.760	46.063

6. Caução e depósitos em garantia

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caução – garantia de aluguel (a)	40.997	26.686
Caução – contrato COMLURB (b)	176.152	163.242
Outros	1.818	3.706
Total	218.967	193.634

(a) Caução como garantia no contrato de aluguel do imóvel onde está instalado o SESCOOP;

(b) Referem-se ao depósito caução como forma de garantia da COMLURB/SMAC, Processo de Licitação nº: 14/001.054/2011, correspondente à 2,0% do valor do contrato firmado com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme apresentado na nota explicativa nº 21.

7. Depósitos judiciais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito garantia de débitos INSS (a)	146.913	146.913
Total	146.913	146.913

(a) Em outubro de 2013 foi deferido parcialmente o pedido do executado para acolher como garantia aos débitos inscritos nas certidões de dívida ativa nº 40.225.831-2 e 40.225.830-4, conforme o total acima.

8. Imobilizado e Intangível

8.1 Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	132.090	(83.173)	48.917	50.521
Veículos	20%	63.900	(6.586)	57.314	58.927
Máquinas e equipamentos	10%	118.053	(46.649)	71.404	60.737
Equipamentos de informática	20%	239.828	(191.362)	48.466	69.941
Equipamentos de comunicação	10%	22.941	(10.173)	12.768	8.078
Total		576.812	(337.943)	238.869	248.204

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2014:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/13	Adição	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/14
Mobiliário	57.574	1.565	(8.618)	50.521
Veículos	60.540	-	(1.613)	58.927
Máquinas e equipamentos	64.782	5.070	(9.115)	60.737
Equipamentos de informática	99.160	5.457	(34.676)	69.941
Equipamentos de comunicação	9.504	150	(1.576)	8.078
Total	291.560	12.242	(55.598)	248.204

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/14	Adição	Baixa	Depreciação	Baixa Depreciação	Saldo líquido em 31/12/15
Mobiliário	50.521	7.541	-	(9.145)	-	48.917
Veículos	58.927	-	-	(1.613)	-	57.314
Máquinas e equipamentos	60.737	21.434	(995)	(10.550)	778	71.404
Equipamentos de informática	69.941	9.996	(10.342)	(31.337)	10.208	48.466
Equipamentos de comunicação	8.078	6.659	(78)	(1.940)	49	12.768
Total	248.204	45.630	(11.415)	(54.585)	11.035	238.869

8.2. Intangível

Descrição	% – Taxas anuais de amortização	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Amortizado	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20%	202.851	(136.200)	66.651	38.908
Outros intangíveis	20%	25.000	(17.916)	7.084	12.083
Total		227.851	(154.116)	73.735	50.991

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2014:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/13	Adição	Amortização	Saldo líquido em 31/12/14
Direitos de uso de software	55.943	1.002	(18.037)	38.908
Outros Intangíveis	17.083	-	(5.000)	12.083
Total	73.026	1.002	(23.037)	50.991

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/14	Adição	Amortização	Saldo líquido em 31/12/15
Direitos de uso de software	38.908	51.781	(24.038)	66.651
Outros Intangíveis	12.083	-	(4.999)	7.084
Total	50.991	51.781	(29.037)	73.735

9. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades meio e fim.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores – pessoa jurídica	154.741	252.280
Fornecedores – pessoa física	14.502	26.408
Total	169.243	278.688

10. Salários, encargos sociais e imposto a pagar

Descrição	31/12/2014	31/12/2014
Salários e ordenados a pagar	132.156	101.783
Encargos, consignações e impostos sobre a folha de pagamento	130.456	106.146
Total	262.612	207.929

11. Provisões trabalhistas e encargos previdenciários

São obrigações com a provisão de férias, abono pecuniário, adicional de 1/3 das férias, adicional de 1/3 do abono pecuniário e encargos sociais incidentes, cujos valores são provisionados mensalmente e baixados pela ocasião da concessão das férias, e estão assim representados:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de Férias	233.947	189.477
Provisão de INSS sobre férias	55.445	44.906
Provisão FGTS sobre férias	18.716	15.159
Provisão PIS sobre férias	2.339	1.895
Provisão FGTS S/ 13º Salário	8.312	6.228
Provisão PIS/ 13º Salário	1.714	1.391
Total	320.473	259.056

12. Obrigações por convênios, acordos e projetos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FDC - Proj. DÍade - QVT e Ed. Continuada	-	50.117
FDC - Metodologia 8 Sentos	-	120.255
FDC - Workshop Negócios - 2015	26.676	-
FDC – Aprendiz Cooperativo	113.805	-
FDC – Formacoop – Gestão e Governança	4.924	-
Total	145.405	170.372

13. Provisão para demandas judiciais

- 1) **Processo: 0147100-78.2006.5.01.0071** – Posição: Execução / Côrte: TRT / Tipo de Ação: Reclamação Trabalhista / Probabilidade de Perda: Possível em 2015/ Celebrado acordo entre Ré Principal e o Reclamante, SESCOOP foi excluído da demanda;
- 2) **Processo: 00.36853-19.2012.4.02.5101** – Posição: Recursal / Côrte: TRF / Tipo de Ação: Execução Fiscal / Probabilidade de Perda: Possível ante ao exposto para acolher como garantia aos débitos inscritos nas certidões de dívida ativa. / Valor atual estimado: R\$ 146.913.

- 3) **Processo: 0010670-83.2015.5.01.0078** – Posição: Conhecimento / CÔrte: TRT / Tipo de Ação: Reclamação Trabalhista / Probabilidade de Perda: Possível em 2015, valor atual estimado de R\$ 53.300.

14. Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal.

15. Patrimônio social

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit acumulados. Os valores demonstrados a seguir referem-se aos resultados dos exercícios de 2015 e de 2014:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio Social	2.212.390	844.486
Total	2.212.390	844.486

16. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de contribuições (a)	8.013.626	7.015.795
Receita de contribuições – Fundecoop(b)	983.055	983.055
Transferências de projetos específicos	288.419	260.490
Total	9.285.100	8.259.340

(a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS para o Sescop Nacional;

(b) Refere-se a um repasse suplementar de recursos fornecidos pelo Sescop Nacional acrescido da realização de Receitas com projetos especiais - Fundecoop.

17. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Vencimentos e remunerações	(2.280.787)	(1.982.512)
Encargos sociais patronais	(757.589)	(651.665)
Indenizações trabalhistas	(11.979)	(12.677)
Remunerações variáveis	(5.792)	(15.608)
Benefícios sociais	(545.003)	(627.988)
Benefícios assistenciais	(14.771)	(3.786)
Total	(3.615.921)	(3.294.236)

18. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com dirigentes e conselheiros	(227.882)	(186.377)
Ocupação e serviços públicos	(436.555)	(409.666)
Despesas de comunicação	(162.924)	(190.341)
Material de consumo	(444.952)	(416.403)
Material de consumo durável	(381)	-
Passagens e locomoções	(134.871)	(116.222)
Diárias e hospedagens	(238.674)	(272.167)
Outras despesas de viagens	(24.696)	(23.986)
Total	(1.670.935)	(1.615.162)

19. Despesas institucionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Locações	(127.034)	(24.028)
Materiais de divulgação	(266.320)	(135.849)
Materiais para treinamento	(4.247)	(25.247)
Serviços e divulgações institucionais	(280.593)	(283.503)
Auxílios financeiros a estudantes	(19.367)	(51.600)
Auxílios educacionais	(53.883)	(20.647)
Total	(751.444)	(540.874)

20. Despesas de serviços profissionais contratados

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Auditoria e consultoria	(327.480)	(534.919)
Serviços especializados	(1.091.064)	(629.147)
Serviços Transportes	(15.443)	(17.422)
Serviços gerais	(190.872)	(78.149)
Serviços temporários	-	(1.800)
Estagiários	(60.989)	(54.612)
Outros serviços de terceiros	(502.674)	(549.761)
Outros serviços	(39.888)	(38.078)
Encargos sobre serviços de terceiros	(80.657)	(145.960)
Total	(2.309.067)	(2.049.848)

21. Outras receitas / (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Outras Receitas de Serviços (a)	443.860	232.990
Inscrições em cursos	3.900	-
Recuperação de despesas	7.910	102.620
Descontos Obtidos	1.179	3.666
Receita Com Reversão de Provisões	36.642	230.507
Variações Monetárias	15.221	12.040
Total Receitas	508.712	581.823
(Despesas)		
Transferências Para Projetos Específicos	(507)	(34.405)
Transferências Para Convênios	(100.000)	-
Total Despesas	(100.507)	(34.405)
Total	408.205	547.418

(a) Referem – se ao contrato celebrado com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no valor global de R\$ 6.951.000, para objetivo de formação, capacitação, treinamento e

assessoramento de autogestão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. A receita é reconhecida conforme apresentação e aprovação do relatório de execução.

22. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	203.525	35.017
Total	203.525	35.017
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(12.078)	(21.984)
Total	(12.078)	(21.984)
Resultado financeiro líquido	191.447	13.033

23. Seguros

O SESCOOP RJ adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

* * *